

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 1.878, DE 2021

Denomina "Ferrovia Transnordestina - Padre Ibiapina" o trecho da ferrovia EF-116 situado no Estado do Ceará.

**Autor:** Deputado DANILO FORTE

**Relatora:** Deputada FERNANDA PESSOA

### I – RELATÓRIO

A proposição em epígrafe denomina **Ferrovia Transnordestina - Padre Ibiapina**, o trecho da ferrovia EF-116 situado no Estado do Ceará.

Justificando sua iniciativa, o autor assim se manifestou:

Padre-mestre Ibiapina, como era conhecido José Antônio Pereira Ibiapina, nasceu em Sobral, Ceará, em 1806, e faleceu em Solânea, Paraíba, em 1883, onde havia passado os últimos dez anos de sua vida. Foi professor, advogado, juiz de direito, delegado, deputado geral do Império (deputado federal) e padre diocesano. Ele se tornou famoso em todo o nordeste do País, por causa de suas ações como missionário evangelizador e filantropo, no interior dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco.

.....

Portanto, o zelo apostólico do Padre Ibiapina, durante o século XIX, no interior do nordeste do Brasil, deixou marcas significativas na organização posterior da Igreja, como também na vida das pequenas comunidades dessa região.

.....



É, então, de conhecimento geral a importância desse homem para a população brasileira, principalmente para os nordestinos, cearenses e moradores do Ceará. Portanto, em homenagem a essa personalidade exemplar e cuja lembrança permanecerá sedimentada em toda a história do Nordeste, entendemos ser legítima a pretensão de dar ao trecho da Ferrovia Transnordestina situado no Estado do Ceará o nome de “Ferrovia Transnordestina – Padre Ibiapina”.

A proposição foi distribuída à Comissão de Viação e Transportes (CVT), à Comissão de Cultura (CC) e a este colegiado, estando sujeita à apreciação conclusiva, em regime de tramitação ordinário.

O projeto recebeu parecer pela aprovação, com substitutivo, na Comissão de Viação e Transportes.

O substitutivo visa adequar o projeto às exigências da LC nº 95/98, para este fim alterando diploma legal já existente.

Já na Comissão de Cultura o projeto foi aprovado nos termos do substitutivo/CVT.

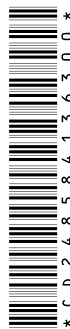
Esgotado o prazo regimental de cinco sessões, não foram oferecidas emendas ao projeto, conforme atesta a Secretaria desta Comissão.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, *a*, do Regimento Interno, pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto e do substitutivo/CVT.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa da União, sendo atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção



do Presidente da República (CF, art. 48, V), mediante iniciativa legislativa concorrente (CF, art. 61, *caput*).

Não há, de outra parte, qualquer violação a princípios ou normas de ordem material da Constituição de 1988 nas proposições sob análise.

Nada temos a opor também quanto à juridicidade das proposições. Note-se que foram obedecidos os diplomas legais pertinentes à matéria, como descrito nos pareceres das Comissões de mérito (Leis nºs 6.682/79 e 6.454/77).

Já quanto à técnica legislativa, de fato assiste razão ao colega Relator na CVT, pois o substitutivo dá a melhor solução legislativa à questão, alterando norma já existente.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.878, de 2021, na forma do substitutivo/CVT.

É o voto.

Sala da Comissão, em            de            de 2024.

Deputada FERNANDA PESSOA  
Relatora

2024-3529

